

O CEBRAP NOS ANOS SETENTA E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

Katia Aparecida BAPTISTA¹

■ **RESUMO:** Nos anos 1970 as análises desenvolvidas por pesquisadores vinculados ao CEBRAP revelam a perspectiva de construção de uma nova interpretação acerca da realidade brasileira. Assim, a produção intelectual do CEBRAP que repercute ao longo da década de 1970 aponta para a revisão de certas teorias hegemônicas dos anos 1950 e 1960, que desde o golpe de 1964 vinham perdendo o sentido social que tinham. O significado dessa revisão é profundo e se reflete não apenas na agenda de análises sobre o pensamento social, como também nos debates que buscam a compreensão sobre a realidade político-social brasileira. É, justamente, nos artigos e ensaios publicados pelo Centro que encontramos um profuso material que permite nos inscrevermos no debate, no qual privilegiaremos três programas de pesquisas pleiteados pelo Centro: Estado e Sociedade Civil, Economia e Estudos Populacionais.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** CEBRAP. Intelectuais. Autoritarismo. Democratização. Sociedade civil. Demografia. Economia.

Considerações preliminares

Fundado em 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) teve como objetivo não somente abrigar os professores universitários uspianos aposentados compulsoriamente após a decretação do AI-5, mas também reunir um grupo de intelectuais cuja preocupação analítica voltava-se para uma nova interpretação a respeito da realidade brasileira, principalmente após o Golpe militar de 1964. Nessa perspectiva, constata-se que desde o surgimento

¹ UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Araraquara – São Paulo – Brasil – 14350-800 – katiabaptista@fclar.unesp.br

do CEBRAP, há um empenho entre seus membros em distanciar-se tanto das tradições isebiana quanto das leninistas, fossem elas mais ou menos identificadas com a esquerda revolucionária ou nacionalista. Pretendia-se com isso, além da crítica ao nacionalismo e ao varguismo, o distanciamento das vertentes esquerdistas que haviam optado pela luta armada. Dessa forma, os intelectuais do CEBRAP, ao se afastarem do tradicional papel de porta-voz da nação, acreditavam estar assumindo uma postura 'moderna' e voltada para os estudos sobre a realidade político-social brasileira. Buscava-se, assim, construir uma nova "interpretação do Brasil". (LAHUERTA, 2001).

Será em meio ao tenso clima instaurado pela repressão que os intelectuais, vinculados ao CEBRAP, começam a pensar sobre a possibilidade de análises que superem e se projetem para além de formulações sobre a Nação, que diziam respeito à "organização" ou à "ideologia". Desejavam firmar-se na reflexão do terreno político, no plano da conjuntura, a fim de traçarem interpretações mais próximas à realidade brasileira. Paulatinamente, estes intelectuais começavam a abandonar suas "ilhas de idéias" para inserir-se no jogo das conjunturas, para instalar-se "dentro da sociedade e do sistema de relações de forças" (PÉCAUT, 1990).

Nesse contexto, observa-se que: "[...] o dinamismo da economia, dos contornos de uma sociedade profundamente distorcida pela enorme desigualdade social e econômica, e as estruturas de poder sob o autoritarismo foram analisados nas suas múltiplas interrelações" (CENTRO..., 1983, p.2). De modo que determinados intelectuais, como Paul Singer, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, podem ser elencados como expoentes em suas áreas de pesquisa e, como outros de sua geração, tinham como propósito colocar em prática os meios cogentes que, na concepção deles, trariam à tona uma modernização sem que fosse necessário dismantelar o modo de produção capitalista. Ao contrário, encontrariam estratégias de emergência e sobrevivência no próprio contexto desenhado pelo capitalismo, no que tange as suas estruturas de dominação, organização e redes de influências. Por trás desse grande propósito dos intelectuais cebrapianos vemos figurar a todo o momento a crítica ao nacional-desenvolvimentismo, que engendra postulados teóricos de referência para as Ciências Sociais que ultrapassaram a proposta de pesquisa científica para

adquirirem um perfil de alcance político, conforme nos demonstra o contexto nacional de transição para a democracia, quando determinados intelectuais se dirigem para a esfera política (LAHUERTA, 2001).

Vemos, então, surgir na sociedade brasileira um aspecto importante da vida intelectual, que aponta para uma relação intrincada e, simultaneamente, fértil entre a produção científica e a conjuntura política, econômica e ideológica empreendida no Regime Militar.

Grosso modo, o que podemos vislumbrar, entre os anos de 1969 e 1978, é não apenas a constituição de um importante centro de pesquisas como também a legitimação que este vem conferir às ciências sociais. Nesse sentido, acabamos por desembocar num campo que se refere à batalha das idéias respaldada pelas instituições, através das quais as idéias tomam corpo, principalmente durante a década de setenta, dada a tarefa que o intelectual começa a se impor diante da conjuntura nacional sob a égide do Regime Militar.

Discorrer sobre a homogeneidade de um grupo de intelectuais tão diverso nos conduziu à complexidade da sistematização da produção do CEBRAP. Todavia, neste artigo temos por objetivo apresentar de forma muito sucinta a discussão de determinados trabalhos, que reunidos em torno de temáticas específicas, foram considerados de maior repercussão no Centro e, posteriormente, na comunidade acadêmica em geral. Desse modo, entre os diversos campos temáticos abordados pelos intelectuais do CEBRAP, especificamente nos anos 1970, consideramos que os programas de estudos referentes à sociedade civil, à economia e à demografia constituem algumas das principais linhas pesquisadas nesse período pelo Centro e fornecem subsídios para a compreensão dos fenômenos históricos e sociais, bem como permitem uma aproximação do sentido da produção científica desenvolvida pelos intelectuais em São Paulo.

Estado e Sociedade Civil

Nesse contexto de construção de novas interpretações sobre o Brasil, verifica-se a presença de uma abordagem metodológica marxista que deu combustível para a crítica feita, por exemplo, ao populismo e ao partido revolucionário,

como contraponto ao método estrutural funcionalista presente nas décadas anteriores. Criticava-se ainda a existência de um Estado que era autoritário e burocrático, indo para além da interpretação funcionalista² dos intelectuais da esquerda, que viam no estado um aparelho repressivo das classes dominantes. De modo que, “[...] a erosão da sociedade civil ‘legítima’ através dos métodos do regime militar não pode ser dissociada da reconstituição contínua de uma sociedade civil autônoma, transcendendo os limites da dominação de classe” (DREIFUSS; DULCI, 1984, p.97).

Observa-se que a década de 1970 faz emergir na cena política a ação do intelectual, tendo como palavra chave de seu discurso a “democracia”. Com isso, se expressava não apenas a hostilidade à Ditadura, como também o descobrimento de uma “idéia nova”, que será difundida juntamente com a expressão de sociedade civil:

O fenômeno mais importante que caracteriza a evolução política dos intelectuais – a descoberta da sociedade civil e da democracia política – enraíza-se talvez na crise de referências que serviam antes para garantir sua identidade: o nacionalismo, o populismo, a configuração da sociedade pela via estatal. Esse fenômeno, porém, remete sobretudo à necessidade de levarem em conta o contexto no qual intervêm, à adoção forçada de estratégias de racionalidade limitada e à adaptação forçada às condições de incerteza (PÉCAUT, 1990, p.281-282).

É importante salientar que, de acordo com Lahuerta (2001), de 1974 a 1979 vivenciávamos um contexto em que a sociedade civil se afirma enquanto conceito e realidade, contrapondo-se ao Estado ditatorial. O Estado passa a ser analisado como o grande vilão, cujos poderes de intervenção na economia precisavam ser minimizados e, em contrapartida, projeta-se a possibilidade de uma sociedade civil fortalecida e em oposição ao Estado. O resultado, dentre outros, seria a construção de um debate intelectual em contato direto com a conjuntura e que, no limite, procurava interferir nas formulações políticas a respeito do país, no que tange à superação do Estado

² A título de nota, a respeito do funcionalismo Mannheim (1968, p.47) irá elucidar: “A teoria mecanicista e funcionalista é altamente valiosa como uma corrente na pesquisa psicológica. Falha, entretanto, quando se refere ao contexto total da experiência vital, porque nada diz sobre o fim significativo da conduta [...] o modo mecanicista de pensamento somente é útil quando o objetivo ou o valor são indicados por outra fonte e somente os ‘meios’ são considerados”.

autoritário, à reativação da sociedade civil e à democratização necessária. Ao referir-se à sociedade civil, Cardoso (1981, p.26) observa:

O tema da sociedade chamada civil ficou na moda, e então se usava quase como um modo de dizer, porque não se podia falar de luta de classes, não se podia falar de classe, então se usava sociedade civil contra o Estado. Sociedade civil, de acordo com quem sabe a origem desse termo, simplesmente são as classes. Não é o lado bom da sociedade, é o lado da sociedade em que o setor econômico e o setor social se organizam e não incluem o Estado. A descrição técnica é: sociedade civil, por um lado, e o Estado pelo outro.

No CEBRAP, o Programa sobre Estado e Sociedade Civil, implantado a partir de 1972, abrangeu uma diversidade de temas, cuja coesão advinha de um eixo básico de preocupações em torno das “modalidades e transformações do Estado e dos regimes políticos e sua relação com os grupos sociais”. Já existiam pesquisas isoladas sobre o tema, mas a criação do programa deveu-se ao fato do Centro querer salientar o seu interesse no campo dos estudos políticos. Segundo o relatório do CEBRAP de 1974 (p.54):

Mais diretamente, faz-se agora um esforço para progredir na caracterização e na análise do autoritarismo contemporâneo e sua relação com a sociedade civil. Estuda-se, por isso, com interesse especial a relação entre o capitalismo de Estado, a tecnocracia, a ideologia dominante e o regime político.

Assim, nesse programa de pesquisa inserem-se os seguintes estudos: *O Populismo na América Latina; Estado e Planejamento Econômico no Brasil; Estado e Planejamento Social no Brasil; O Tecnocrata e o poder na Sociedade Capitalista; A Ideologia no Estado Autoritário; Modernização e Sociedade de Massas no Brasil: Arquivo sobre Transformações Político-Sociais Recente (1964-1972)*. Estes estudos resultaram nas publicações de autores como: Carlos Estevam Martins, Bolívar Lamounier, Octávio Ianni, entre outros, mas principalmente, Fernando Henrique Cardoso.

Durante os anos 1970 observa-se que a particularidade do CEBRAP encontra-se na organização de seus pesquisadores, assim como nas propostas diversificadas de estudo que realizam, procurando indicar a “síntese de uma conjuntura histórica dada” e colocar em nova perspectiva a cultura política de esquerda

que, segundo Vianna, pretendia “denunciar o reformismo populista” e “sinalizar em direção a uma via de ruptura com o capitalismo autoritário brasileiro”. Desse modo, seja como for, veremos se cumprir durante os anos que seguem o *post* 1964 uma “[...] oportunidade para a reforma liberal das estruturas do Estado e das suas relações com a sociedade, cumprindo-se uma americanização ‘por cima’ e o acerto de contas com a tradição ibérica” (VIANNA, 1998, p.196). É nesse sentido que se desenvolve uma das mais intensas discussões do Centro, isto é, o Programa sobre Estado e Sociedade Civil, com destaque à obra de Fernando Henrique Cardoso, que teve grande impacto no debate intelectual.

Um dos aspectos da análise do autor referia-se aos contornos do Estado, que não poderia ser pensado sem seus dois elementos constitutivos, ou seja, um estado que se “represente como norma igualitária e com soberania”, ainda que, contraditoriamente, se constitua num “*locus* de afirmação de *interesses particulares articulados*” e “apresentados como se correspondessem aos interesses de todos”. Conforme Cardoso, esse tipo de afirmação se dá porque o Estado, em si, não pode ser considerado como um bloco homogêneo, unificado, sem fissuras, uma vez que ele também é constituído de tensões e lutas permanentes de uma classe, uma fração ou um grupo. Ademais, o Estado, não obstante ser gerador de ideologias, não comporta uma Ideologia Geral da Classe Dominante, no sentido althusseriano, devendo constituir-se como harmonizador de interesses contraditórios (CARDOSO, 1977). As estratégias que usará para isso dependem de suas características peculiares como, por exemplo, qual é o regime político estabelecido, a que tipo de estado estamos nos referindo, quais as condições sociais de sua manutenção, ou seja, que alianças de classe prevalecem no pacto de dominação – que por sua vez, se assenta na sociedade civil e se manifesta no estado – e qual o espaço de movimentação que interessa a esta composição abrir para a sociedade civil. Nesse sentido, pondera o autor:

Como o estado é, simultaneamente, a expressão dos setores empresariais que estão dentro dele, e de interesses da sociedade civil, acaba tendo que gerar, necessariamente, uma idéia de unidade. Não se pode pensar em estado sem a idéia de soberania e sem a idéia de que existe uma ideologia gerada pelo estado, que tende a ver o conjunto como se ele fosse homogêneo. Qualquer forma

estatal significa uma aspiração à soberania e uma visão ideológica; capaz de homogeneizar [interesses] (CARDOSO, 1975, p.101).

Além disso, Cardoso aponta a dicotomia entre Estado/Sociedade Civil como a principal característica do pensamento político brasileiro, que se refere à primazia da ordem estatal sobre a ordem civil, ou ainda desta movendo-se autonomamente. Cardoso concordará com a anotação feita por Simon Schwartzman, que pondera estas duas tendências explicativas como reflexo de “um processo simultâneo de desenvolvimento contraditório”(CARDOSO, 1972, p.10). Esse desenvolvimento contraditório ocorria num momento marcado não apenas pela exacerbação do exercício da violência e da coerção física – no sentido weberiano enquanto peculiaridades do Estado – mas também pela procura de um lugar ao sol tanto pelas empresas estatais como pelas empresas privadas via associação com o capital estrangeiro. Estes fatores, de certa forma, solapariam a possibilidade de uma sociedade civil organizada, já que esta não consegue mover-se politicamente, ainda que várias tentativas se façam nesse sentido. O resultado é um desenvolvimento contraditório, no que se refere a estas duas esferas: Estado e Sociedade Civil.

Ademais, no plano prático, na visão do autor o conflito seria um dos principais responsáveis pela implementação de uma via democrática no país, com o propósito de defender ideais básicos de liberdade. Por conseguinte, no plano teórico, Cardoso criticaria a constatação que traz à tona a vinculação entre desenvolvimento e autoritarismo, pelo fato deste tipo de análise, além de apresentar uma visão normativa, condicionar o político ao econômico e contribuir para a hipótese dicotômica da separação entre Estado e Sociedade Civil, bem como para a manutenção do regime e da lógica do consenso em oposição ao conflito.

Contrariamente ao pensamento majoritário entre a esquerda, Cardoso (mas também outros autores vinculados ao CEBRAP) irá considerar a inviabilidade da Revolução Socialista posicionando-se fortemente em defesa da abertura democrática, contra o Estado repressor e autoritário que se instaurou no *post* 1964, e propondo como caminho a ampliação da participação política dos setores sociais que emergiam com a modernização autoritária. Cumprira-se, assim, uma “evolução temática da sociologia brasileira” seguindo a nova agenda das ciências sociais, que então evoluía das interpretações macro-estruturais do modelo

político, econômico e cultural de anos anteriores para a análise dos “[...] agentes e das características da transição democrática” (LIDIEKE, 2003, p.240), que por sua vez apontava para o tema da democratização e da reativação da sociedade civil, com grande ênfase no papel teórico-metodológico da objetividade científica das análises propostas, que evocavam a conjuntiva: política, economia e ciências sociais, tecendo uma análise crítica sobre a realidade brasileira durante o regime autoritário.

Economia

No que se refere ao Programa de Economia, este encerrava estudos sobre as transformações causadas pelo desenvolvimento capitalista na estrutura da força de trabalho e emprego no Brasil e as conseqüentes tendências econômicas, incluindo pesquisas sobre temas como marginalidade, distribuição de renda e transformações demográficas. Ressaltamos que os estudos econômicos realizados no Centro são, particularmente, expressivos do caráter interdisciplinar do CEBRAP, uma vez que encerram trabalhos de interpretação sociopolítica, como revelam os estudos de Paul Singer e Francisco de Oliveira.

Desse modo, o Programa de Estudos de Economia Brasileira do CEBRAP desenvolve suas análises simultaneamente àquelas referentes ao Estado autoritário e dá prosseguimento a este programa ao desenvolver análises sobre a economia nacional, trabalhando numa linha próxima de questionamentos e indagações sobre o contexto que se abre após o golpe de 1964. Este programa traz à tona a contribuição de economistas que procuraram construir uma análise crítica sobre as abordagens desenvolvidas até então sobre a economia nacional, no que diz respeito ao aspecto teórico metodológico do dualismo estrutural, bem como às avaliações positivas sobre o afamado milagre econômico.

Verifica-se que em meados dos anos setenta o debate sobre a existência de uma sociedade dual, mas que se movimenta dialeticamente, ganha combustível. Nesse momento teremos, nas palavras de Paulo Arantes (1992, p.55), uma “[...] grande equação entre ‘atraso’ passado a limpo e auto-crítica da cultura burguesa”. No contexto da década de 1970, a principal referência à crítica ao dualismo estrutural será o artigo de Francisco de

Oliveira, “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista” (1976a). De antemão, é bom que se diga que, em geral, as formulações concebidas por outros autores vinculados ao Centro, direta ou indiretamente, irão recusar o dual estruturalismo, enquanto chave interpretativa da realidade brasileira.

Sobre o tema, constata-se que ao desenhar suas interpretações sobre o contexto nacional, determinados autores negligenciaram a existência de uma articulação interna e externa originada com os processos históricos e, com isso, construíram uma análise interpretativa linear e unívoca. Em contrapartida a essa perspectiva, Chico de Oliveira em seu artigo aborda, justamente, o equívoco da contraposição atraso × moderno, tomando como exemplo dessa análise crítica o binômio *sociedade moderna – sociedade tradicional*, que inspiraria o modelo dualista. Além disso, demonstra a tendência analítica que fazia prevalecer entre os cientistas sociais vinculados ao CEBRAP, não apenas um marxismo não dogmático, enquanto legado da Maria Antônia, mas a interdisciplinaridade das pesquisas desenvolvidas (LAHUERTA, 2005).

“Resultado do tipo e do estilo da luta de classes interna”, este é o diagnóstico de Oliveira (1976a, p.43) sobre a expansão capitalista no Brasil para fazer oposição aos teóricos do desenvolvimentismo, para os quais tanto as classes, quanto o Estado e outras instituições estariam sobredeterminadas por estruturas externas do capitalismo mundial. Crítico a este tipo de posicionamento, Oliveira não pretendia provar a inexistência da dualidade estrutural, mas sim desfazer a oposição mecânica entre externo e interno ou entre atraso e progresso: “[...] a razão de nosso modo de ser dual está nos avanços do capital e não numa compartimentação local idiossincrática” (ARANTES, 1992, p.89). Uma vez constatada a existência de uma estrutura dual é necessário observar as contradições presentes nesta estrutura, no caso entre o tradicional e o moderno, que não se desenvolvem simplesmente um ao lado do outro, não estão justapostos, mas formam uma “unidade contraditória”. Segundo Paulo Arantes (1992, p.73): “Podemos dizer também que o referente da unidade contraditória na qual nos reconhecemos é essa gangorra sem fim entre opostos que se revezam sem nunca se anularem num denominador mais alto”, a ordem capitalista mundial.

Desse modo, Oliveira estava contrariando o senso comum da época, ao afirmar que os ditos elementos tradicionais como,

por exemplo, o padrão primitivo da agricultura brasileira, não eram “vestígios do passado”, mas, ao contrário disso, eram partes funcionais ao desenvolvimento moderno do país. Nessa perspectiva, nota-se que os argumentos de Chico de Oliveira apontam para inviabilidade das teses dualistas acerca da existência de dois pólos antagônicos, o tradicional e o moderno, o arcaico e o moderno, o novo e o antigo, a civilização e a barbárie, ou o atraso e o progresso. Para o autor, era necessário reconhecer a presença do velho no novo e vice-versa, a fim de se ter clareza sobre a realidade e, então, colocar em prática as políticas econômicas que a situação exigia, mediante o reconhecimento do dinamismo social. Todavia, ainda que pautando-se pelo “discurso da contradição”, observa-se, como já havia demonstrado Francisco de Oliveira, que: “[...] a tentação dualista continuava bem viva e animada pelas intenções reformistas de sempre” (ARANTES, 1992, p.46), apontando para a hipótese de que: “*Éramos e não éramos, ao mesmo tempo [...] Voltamos assim à terra natal da dualidade, agora passada a limpo na língua da contradição: os termos que a compõem não se encontram mais justapostos porém ‘contraditoriamente relacionados’*” (ARANTES, 1992, p.66, grifo do autor).

Nesse contexto de questionamentos sobre os postulados científicos dos anos cinquenta e sessenta, juntamente com suas contradições, os artigos de Paul Israel Singer são representativos das análises desenvolvidas à época contendo formulações críticas a respeito do chamado “milagre econômico”, questionando o desenvolvimento econômico empreendido pelo regime militar tornando patente seu esteio: a ausência de liberdade política, a concentração de renda e o arrocho salarial.

Ressaltamos que Singer também não seria o único autor a detectar a mitificação do período em questão, mas seria aquele que mais aprofundou os estudos nessa linha de pesquisa dentro do CEBRAP.

Podemos constatar por meio da revisão dos textos de Singer ao longo dos anos 1970 a necessidade metodológica de retroceder às décadas anteriores para a compreensão do movimento que a economia brasileira começava a adotar em fins dos anos sessenta. Seus atores percorrem um caminho que implicará no “milagre econômico” no início dos anos setenta. Nesse contexto, os estudos críticos de Singer ganham notoriedade ao desvendarem as apreciações positivas tecidas

a respeito da economia brasileira e que acabam, nas mãos do autor, por serem desmistificados.

No Brasil, a repercussão do “milagre econômico” gerou momentos de exaltação nacional que contribuíram para sua mitificação e, sobretudo, para sua instrumentalização para as práticas políticas que procuravam incutir no imaginário popular a idéia de uma Nação homogênea e disciplinada, que apresentava altas taxas de crescimento e baixa dos índices inflacionários, a exemplo da Alemanha e do Japão.

A nova estratégia de desenvolvimento, que resultaria no boom de 1968, baseava-se, resumidamente, em três elementos apontados por Singer (1977, p.78): 1) demanda interna por bens duráveis de consumo; 2) demanda externa em expansão, devido à liberalização do comércio internacional e à subvenção das exportações; e 3) forte injeção de recursos do exterior, com o aumento da capacidade elástica de importação que conseqüentemente complementaria a poupança interna e eliminaria os focos inflacionários. Contudo, complementa Singer (1977, p.78): “O que não se tinha tornado visível é que, nesta constelação, faltava um quarto elemento: uma *crecente* taxa de inversões”.

A partir de 1973, com a crise mundial do Petróleo e o embargo da OPEP, a realidade político-econômica passou a configurar-se de outro modo e o que até então havia se travestido de “milagre econômico” passava a expressar o desarranjo do sistema, com a emergência de contradições. Constatava-se nesse momento que as estratégias de crescimento adotadas – exportação de manufaturados, importação de bens de capital e insumos industriais, financiamento externo abundante – não eram suficientemente capazes de sustentar o ritmo da expansão econômica, tendo como conseqüência uma situação crítica de contradições do “desenvolvimento associado dependente”.

Interessa situar que a questão do desenvolvimento nos anos setenta passa a ser analisada tendo em conta os aspectos do sistema capitalista e como estes forjaram uma sociedade no contexto periférico com determinadas modalidades de articulação entre as diferentes atividades econômicas, como também foram delineando a articulação política entre Estado, empresas locais e multinacionais no jogo do poder.

Esse contexto trouxe a perspectiva aos intelectuais do CEBRAP de conduzirem um inovador debate sociopolítico sobre a

economia brasileira e latino-americana. A avaliação da Fundação Ford aponta:

[...] It is possible that CEBRAP is in a privileged position to act as critic of prevailing Latin American orthodoxies: several aspects of Brazil's recent economic history make revisionist thinking imperative, and CEBRAP's general sympathies are so well known that its critique of, say, CEPAL doctrine cannot be misunderstood as some sort of desertion of the Latin American cause (CENTRO..., 1974, p.14)³.

O resultado seria, mais uma vez, a construção de um debate que possui um forte componente político, como também uma instância crítica de ortodoxias predominantes. Desse modo, o caminho da construção analítica, por meio da análise concreta da realidade brasileira, aponta para a crítica e, por conseguinte, a superação das políticas econômicas postas em prática durante o Estado Autoritário, a fim de compatibilizá-las com um novo contexto que deveria se instaurar paulatinamente com a luta pela transição democrática. Porém, esse processo de transformações sociais deveria ocorrer dentro dos limites de um modo de produção capitalista, contemporizando o interesse de grupos envolvidos na arena de disputas do mercado nacional e internacional, sejam estes grupos de empresários ou de trabalhadores em geral.

Demografia

No que se refere ao Programa de Estudos Populacionais, constata-se que as atividades regulares do CEBRAP não estavam apenas organizadas em torno de trabalhos teóricos e ensaios que “[...] tinham por objetivo discutir os fundamentos explicativos das teorias que informam a definição analítica daqueles temas: [...] reavaliação da teoria da dependência, a questão das ideologias, o equacionamento do problema do Estado no Brasil [...]” (CEBRAP, 1974, p.3). Na verdade, estes temas desenvolveram-se paralelamente às pesquisas empíricas e se beneficiavam

³ É possível que o CEBRAP esteja em uma posição privilegiada para agir como crítica às ortodoxias latino-americanas em voga: muitos aspectos da história econômica brasileira recente tornam o pensamento revisionista imperativo, e as afinidades gerais do CEBRAP são tão conhecidas que as suas críticas, digamos, à doutrina da CEPAL não podem ser erroneamente interpretadas como algum tipo de deserção da causa latino-americana (tradução nossa).

dos estudos que já vinham sendo desenvolvidos por alguns pesquisadores que passaram a integrar o CEBRAP em 1969.

As múltiplas atividades de diferentes áreas temáticas, como os estudos populacionais, revelam de acordo com Miceli (1993, p.82):

[...] um empenho em identificar nichos estratégicos para investimento onde se pudesse concentrar recursos capazes de alavancar uma área de estudos, pesquisas e treinamento que constituísse, ao mesmo tempo, uma frente de militância e de intervenção tecnicamente competentes nos domínios adequados de política pública. Em outras palavras, essas áreas de ciência social aplicada propiciam a conciliação entre metas “instrumentais” e objetivos “acadêmicos”, ampliando a própria margem de influência exercida pela Fundação Ford.

Simultaneamente, o Programa de Reprodução Humana fora criado com a intenção de abarcar a demanda cada vez maior de assessoramento na área de Demografia. Este programa se desdobraria em outros subprogramas, com estudos metodológicos, descritivos e analíticos sobre diversos aspectos da população, desde políticas populacionais, mediações psicossociais, até variáveis demográficas de fertilidade, nupcialidade, etc. Estes estudos demográficos também estariam permeados por pesquisas sobre a pobreza, sobre a marginalidade social, sobre o comportamento reprodutivo das camadas populares urbanas, sobre a reprodução humana, etc.

O programa de marginalidade e participação social constituiu um dos mais antigos do Centro. Implementado inicialmente sob a forma de seminários no ano de 1970, nele eram discutidos as propostas teóricas e os resultados de pesquisas sobre o tema – que focalizavam apenas favelas. Será no segundo semestre deste mesmo ano que o programa entra na sua segunda fase de realização com a pesquisa sobre: *Marginalidade e Emprego em Salvador*. Desde esse momento as intenções dos pesquisadores já estavam bem definidas e objetivadas, conforme se apreende da seguinte passagem:

A decisão de realizar esta pesquisa deveu-se, de um lado, à convicção de que não haveria progresso na discussão do tema sem um influxo significativo de dados empíricos; e, de outro, de que o enfoque puramente “ecológico” (estudos sobre favelas) dava lugar

a graves impropriedades na compreensão do problema.(CEBRAP, 1974, p. 51)

A primeira publicação sobre o tema na revista *Estudos CEBRAP* foi uma discussão teórico-conceitual em torno dos conceitos de superpopulação relativa e marginalidade, feita por Fernando Henrique Cardoso, com o artigo “Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade” (1971).

Salientamos que o Grupo de Demografia que se organizou dentro do CEBRAP, além de ser um dos mais antigos, possui uma composição muito heterogênea entre seus membros. A projeção desta linha de pesquisa no Centro reflete a conjuntura da época em que o campo da demografia no Brasil e na América Latina fervilhava. Ademais, a importância deste grupo dentro do CEBRAP advém do fato dele ser visto como “canal de alimentação” de outros projetos no interior da Instituição: “*To our knowledge no project in the social sciences, be it fertility or another topic, has been successful in developing an explanatory scheme that systematically includes so many levels of analysis*” (CENTRO..., 1974, p.21)⁴.

A análise dos artigos produzidos nesse período a respeito da população permite constatar que a dinâmica econômica, ainda que induzida de fora para dentro, produz uma série de transformações na composição da população urbana e rural, entre elas as transformações demográficas, resultantes de migrações internas, enquanto reflexo não somente das transformações estruturais do desenvolvimento vindas de fora, como também da dinâmica interna dos processos histórico-sociais. Estes aspectos, por sua vez, acabam por influenciar o processo de produção do conhecimento que, nesse caso específico, revela que, nos termos de Paul Singer et al.(1974, p.5), “[...] boa parte dos movimentos populacionais foram ‘produzidos’ tendo em vista objetivos econômicos explícitos”, desde os tempos da colonização.

À parte esta constatação teórica, observa-se que, como consequência de uma série de eventos da época (inclusive o fato da Fundação Ford privilegiar determinados temas em detrimento de outros), alguns intelectuais, cujas pesquisas inclusive nem se concentravam exatamente no campo da demografia, realizam estudos voltados para esta área de investigação. Os projetos de

⁴ Pelo que sabemos nenhum projeto nas Ciências Sociais, seja em fertilidade ou em outro tópico, foi bem sucedido em desenvolver um esquema explanatório que sistematicamente incluísse tantos níveis de análise (tradução nossa).

pesquisa demográfica geraram uma espécie de “psicodrama catalisador” dos conflitos internos entre os pesquisadores do CEBRAP, em torno do dilema a respeito da harmonização entre a pesquisa empírica e a reflexão teórica. Todavia, como lembra Sorj (2001), o clima que se instaura no início dos anos 1970, na época do milagre e do medo da repressão, explica em parte as causas da ênfase sobre certos temas, como fertilidade e população. Nesse sentido, nota-se que: “Os impasses conceituais, associados a uma visão bastante estreita do que seriam modos de produção, geraram algumas notas interessantes, inclusive por pesquisadores não orientados para a demografia, como Francisco de Oliveira [...]” (SORJ, 2001, p.47).

O tema da demografia se projeta no debate teórico e político, durante os regimes autoritários da América Latina, por ser tido como politicamente neutro pelo *establishment*. Soma-se a isso o fato de que os recursos destinados a este tipo de pesquisa arregimentavam facilmente financiamentos nacionais e internacionais, simetricamente ao oposto do que ocorria com estudos sobre temas sociais ou politicamente relevantes para os cientistas sociais. Entretanto, o fato é que as pesquisas demográficas limitavam o desenvolvimento da produção teórica, ao mesmo tempo em que acabavam por aproximar os intelectuais da realidade social, fazendo com que constatassem com maior veemência as transformações pelas quais a sociedade passava.

Os estudos populacionais respiram novos ares com a geração de cientistas sociais dos anos setenta também em decorrência da falência dos projetos de desenvolvimento das décadas anteriores e, por conseguinte, do desafio em superar os obstáculos estruturais para a mudança social. Os estudos sobre população emergem nesse período censurando a idéia de que o crescimento populacional desvairado acarretaria num obstáculo ao desenvolvimento e a conseqüente modernização da sociedade. Nesse sentido, enquanto prática científica a demografia ficaria “profundamente marcada por uma perspectiva crítica” (OLIVEIRA; TAVARES, 2005, p.248).

Ressalta-se, nessa conjuntura, que o processo de marxistização dos anos setenta refletirá na construção e nas formas de abordagem dos temas referentes à demografia. Isso fica evidente nos artigos de Fernando Henrique Cardoso, Chico de Oliveira, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, etc, onde se discute e questiona o fato de existir uma

teoria marxista acabada sobre a população. Ainda que com propósitos diferenciados, em geral nota-se a projeção de uma abordagem histórico-estrutural de tradição marxista entre os pesquisadores de população. Eles procuram traçar um estudo crítico a respeito das investigações e dos *surveys* sobre fertilidade humana das últimas décadas que estariam pautadas por um padrão de estudos denominado KAP (*Knowledge, Attitude and Practice*), acompanhados de pressupostos ideológicos que vislumbravam as “conseqüências econômicas do inédito crescimento populacional”, corroboradas pela situação de dependência e pela manutenção do *status quo*. Diante desse contexto, a estratégia encontrada compartilhava de uma “solução de natureza demográfica para uma contradição igualmente demográfica: controle de natalidade e planejamento familiar” (CAMARGO, 1973, p.176).

A demografia estava marcada por uma tradição que não trabalhava com relações sociais e nem possuía uma *teoria*, tomando a população por uma abstração e, com isso, estudando-a como se faz com qualquer outra espécie animal, pouco importando a sofisticação instrumental empregada. Assim, conforme Oliveira (1976a, p.8, grifo do autor): “A demografia, nestes termos, não passa de uma genética aplicada ao social, mas não consegue chegar a ser uma *genética do social*”.

Nesse sentido, a contribuição do marxismo advém do fato dele recuperar os contornos históricos de uma população e conseqüentemente sua mutabilidade, cuja produção e exploração “se fazem e se dão pela produção das coisas”, ou mais especificamente no capitalismo, pela produção das mercadorias e pelo modo “como a sua produção produz a população”. Por esse caminho evitou-se que a ciência social terminasse fazendo história natural. “A população não é natural, em nenhum sentido, a não ser remotamente no sentido biológico, mas esta última constatação não faz avançar em nada o conhecimento da natureza social da população” (OLIVEIRA, 1976b, p.9). A dinâmica econômica é que influencia a dinâmica populacional que, por sua vez, é “[...] parte integrante do processo de constituição e transformação da estrutura social” (SINGER et al., 1974, p.11). Inversamente ao que pressupunha a tradição das análises em demografia, Oliveira (1976b, p.16, grifo do autor) acrescenta:

Essa história demográfica não ruiu apenas com o apocalipse malthusiano do crescimento incontrolável do número de pobres; mais que isso, a história demográfica de países a Inglaterra, a França, a Alemanha, os próprios Estados Unidos e mais todos os países da Europa Ocidental, mostra que tanto as taxas de crescimento populacional quanto o tamanho absoluto das populações é uma resultante determinada, *em primeiro lugar*, pela mortalidade e fertilidade da força de trabalho consumida que determinam o próprio tamanho da população trabalhadora e do seu contrário demográfico, as populações não trabalhadoras.

Constata-se que, no campo dos estudos demográficos, há a preocupação em manter uma perspectiva histórico-estrutural que alinhava-se com as teorias sociais do desenvolvimento na América Latina, em especial à teoria da dependência, ao considerar as estruturas econômicas, sociais e políticas em que se dá o processo reprodutivo, acompanhada de uma análise contextual de situações concretas. Ademais, de acordo com Oliveira e Tavares, (2005, p.251): “[...] a idéia de uma explicação e de um conhecimento necessariamente situados decorre da sólida formação teórica daqueles que estiveram engajados no projeto intelectual responsável pela constituição do campo da demografia na América Latina dos anos 70”. O que se tem é a mobilização de determinados grupos de intelectuais brasileiros e latino-americanos que começam a despontar para a elaboração do que diziam ser uma demografia crítica, como conseqüência da reação à hegemonia de uma espécie de funcionalismo que teria marcado as ciências sociais nas décadas anteriores, cuja metodologia utilizada para os estudos de população se caracterizaria por seu aspecto mecanicista e histórico.

A maior força do argumento teórico estava na hipótese de que as intenções reprodutivas de diferentes grupos ou segmentos sociais refletiam, em grande medida e de alguma maneira, o modo de inserção de cada qual na sociedade, recusando o etnocentrismo envolvido no privilegiamento de mecanismos de difusão e imitação na explicação da mudança social (OLIVEIRA; TAVARES, 2005, p.249-250).

O que se verificou foi o fato de que as “massas marginais” não cumpriram com seu papel histórico e nem chegaram a assumi-lo: “Tal como o proletariado, deixaram de cumprir sua esperada

função" (CARDOSO, R., 1984, p.215). Este é um dos pontos fundamentais que levariam cientistas sociais a desacreditarem os modelos explicativos sobre a realidade brasileira, vigentes nos anos cinquenta e sessenta, e que forneceram combustível para as formulações de uma demografia crítica, nutrida por componentes da antropologia, da sociologia e da economia política, não apenas no Brasil, como também na América Latina.

Considerações Finais

A organização dos debates e análises em torno destas três grandes linhas de pesquisa: 1) a análise crítica do padrão de desenvolvimento econômico no pós-64; 2) as transformações da estrutura social brasileira, apanhadas, seja no ângulo demográfico, seja no ângulo do desenvolvimento; e 3) a análise da especificidade do regime autoritário brasileiro, bem como das condições e limites estruturais da democracia sob o autoritarismo. Essas são referências teóricas e analíticas significativas para a compreensão da pesquisa sobre os novos temas e questões que emergem na década de 1970 no CEBRAP. Seus intelectuais se colocaram um papel fundamental no aprofundamento da caracterização econômica, social e política do Brasil e, para este objetivo, constituíram uma agenda de investigação sociológica sobre a dinâmica da história das idéias no Brasil. A nosso ver, essa agenda não poderia ser ignorada, uma vez que nesse período os cientistas sociais conseguiram não apenas sobreviver, como também se fortalecer sob o Regime Autoritário, conferindo um desenvolvimento significativo às Ciências Sociais no Brasil.

A influência exercida pelas formulações teóricas a respeito da sociedade brasileira, produzidas a partir do Centro, irão tornar-se referência nos debates intelectuais das Ciências Sociais nesse período e, diante disso, seus intelectuais mais expressivos passarão a orientar suas trajetórias para a esfera propriamente política, como conseqüência de suas agendas de pesquisa no decorrer da década de setenta.

De qualquer modo, o CEBRAP da década de setenta configurou-se como um *locus* de liderança intelectual, com uma forte característica de multidisciplinaridade, sem compromissos com grupos ou organizações específicas. A indeterminação

temática, devido a formação distinta de seus membros, o leva a reunir um público acadêmico amplo, além de constituir um papel crucial no desenvolvimento de um marxismo acadêmico e de elaborar posições e construir problemas que “marcarão as ciências sociais nas décadas seguintes”.

A falta de um esforço de teorização mais sistemática, seja ela julgada um fato positivo ou não, terminou sendo um fator limitante para a instituição: impossibilitou a formação de uma “escola de pensamento”, capaz de irradiar uma influência mais permanente na vida intelectual.

[...] Tendo ficado relativamente isolado e protegido da repressão, o meio universitário se transforma num refúgio para a ação contestatória e num campo central de atuação e recrutamento dos partidos de esquerda. Com a abertura política, o lugar privilegiado do intelectual tende a desaparecer e a condição de seguir mantendo uma posição central é o engajamento crescente, seja diretamente nas organizações políticas, seja nos meios de comunicação de massa. Nesse processo ele deve adaptar-se aos novos canais, abandonando, pelo menos no interior desses órgãos, seu trabalho acadêmico. Essa situação afetou tanto aos membros do Cebrap como ao conjunto da intelectualidade brasileira (SORJ, 2001, p.60-62).

Considera-se que o CEBRAP durante os anos setenta se consolida e adquire legitimidade perante a comunidade acadêmica, como reflexo do comportamento e da opção intelectual de seus pesquisadores em equacionar os dilemas enfrentados pela sociedade em conformidade com as exigências do contexto em que atuavam, dando-lhes a possibilidade de ingerência e participação nas práticas políticas que deveriam conduzir o país à democratização, ratificando a idéia corrente de que a pesquisa no campo das ciências sociais possui implicações políticas. Levando-se em consideração o fato de que “[...] toda ‘interpretação’ sempre procura conferir algum significado e motivação à própria ação” (BOTELHO; LAHUERTA, 2005), movidos pela necessidade de sobrevivência e pelo compromisso intelectual de construção de um pensamento que auxiliasse na condução da democratização da sociedade, durante o regime militar, parte dos intelectuais vinculados ao CEBRAP orientou sua trajetória para a arena política.

Em linhas gerais, observa-se nesse contexto uma intensificação da busca pela racionalidade para o desenvolvimento de diagnósticos sociológicos que pudessem interferir positivamente no imaginário social e nas ações de práticas políticas adotadas no decorrer do regime, visando um contexto de democratização e modernização social, como era inclusive o objetivo de grande parte dos países latino-americanos.

BAPTISTA, K. A. The CEBRAP in the 1970's and the emergency of a new interpretation of Brazil. *Perspectivas*, n.37, p. 225-248, jan./jun. 2010.

■ **ABSTRACT:** *During the 1970's, we notice that intellectual activities from researchers bonded to CEBRAP reveal their compromising with the construct of a new analytic way that might help the analysis about Brazilian reality. Thus, CEBRAP's sociological production that reverberates during the first 1970's phase points to the revision of certain hegemonic theories during the 1950's and the 1960's, which have lost its social meaning after 1964 coup d'état. The meaning of that production reflects not just on the analysis agenda about social thought, but also on the debates that search the understanding about Brazilian social and political reality. We can find in articles and essays publicized by the Centre a profuse material that allow us to enlist the debate, whereat we privilege three research programs pleaded by the Centre: State and Civil Society, Economy and Population Studies.*

■ **KEYWORDS:** CEBRAP Intellectuals. Authoritarianism. Democratization. Civil society. Demography. Economy.

Referências

ARANTES, P. E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas*, São Paulo, v.28, p.7-15, jul./dez. 2005.

CAMARGO, P. F. C. Objetivos de pesquisas de fertilidade. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.3, p.175-180, 1973.

CARDOSO, F. H. *Democracia necessária*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1985.

_____. PMDB: um partido de massas? *Revista do PMDB*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.25-55, jul. 1981.

_____. Estado capitalista e marxismo. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.21, p.5-31, 1977.

_____. Debate: a crise econômica mundial e o modelo político brasileiro. *Cadernos de Opinião*, Rio Janeiro, n.2, p.3-8, 1975.

_____. Estado e sociedade civil. *Cadernos CEBRAP*, n.11, 1972. Mimeo.

_____. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.1, p.99-130, 1971.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de. (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.215-239.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO [CEBRAP]. Relatório de atividades, São Paulo, 1983.

_____. Relatório de atividades, São Paulo, 1976.

_____. Relatório de atividades, São Paulo, 1975.

_____. Relatório de atividades, São Paulo, 1974.

_____. Relatório de Avaliação Externa das Atividades do CEBRAP. In: Relatório de Atividades, São Paulo, 1974. p.73-103.

DREIFUSS, R. A.; DULCI, O. S. As forças armadas e a política. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de. (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.87-117.

LAHUERTA, M. Em busca da formação social brasileira marxismo e vida acadêmica. *Perspectivas*, São Paulo, v.28, p. 157-186, 2005.

LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, v.8, n.14-15, p.53-93, 2001.

LIDIEKE, E. D. Sociologia brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas. *Sociologias*, Porto Alegre, v.5, n.9, p.216-245, jan.-jun. 2003.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MICELI, S. A aposta numa comunidade científica emergente: a Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1993. p.33-97.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: OLIVEIRA, F.; SÁ JUNIOR, F. *Seleções CEBRAP I: questionando a economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976a. p.5-78.

_____. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o Capital. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.16, p.5-25, 1976b.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; TAVARES, R. A. W. Registros e memórias: algumas observações sobre a demografia brasileira no contexto latino-americano. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.22, n.2, p.247-255, jul./dez. 2005.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

SCHWARTZMAN, S. Representação e cooptação política no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.7, p.9-41, 1970.

SINGER, P. Evolução da economia brasileira: 1955-1975. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.17, p.62-83, 1977.

_____. Implicações econômicas e sociais da dinâmica populacional. *Estudos sobre a População Brasileira – Cadernos CEBRAP 20*. 1974, Mimeo.

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

VIANNA, L. W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: AGGIO, A. (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998. p.185-201. (Prismas).

Bibliografia Consultada

BAER, W. O crescimento brasileiro e a experiência desenvolvimentista: 1964-1974. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.20, p.5-26, 1977.

CAMARGO, P. F. C. et al. Política populacional. *Cadernos CEBRAP 20 - Estudos sobre a população brasileira*, 1974. Mimeo.

DREIFUSS, R. A.; DUCI, O. S. A classe operária vai ao campo. *Cadernos CEBRAP 24*, 1975. Mimeo.

CARDOSO, F. H. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1993.

_____. Introdução. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.09-12.

_____. Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.26, p.170-194, 1979.

_____. Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.15, p.5-24, 1976.

_____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. O projeto institucional e o povo. *Jornal Opinião*, Rio de Janeiro, n.113, p.11-12, 1975.

_____. As tradições do desenvolvimento associado. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.8, p.41-75, 1974.

_____. O exercício da abertura. *Jornal Opinião*, Rio de Janeiro, n.90, p.3, 1974a.

_____. A democracia do Prof. Huttington. *Jornal Opinião*, Rio de Janeiro, n.94, p.3-4, 1974b.

_____. O presidente e os partidos. *Jornal Opinião*, Rio de Janeiro, n.96, p.4, 1974c.

_____. O regime político brasileiro. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.2, p.83-118, 1972.

_____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971a.

_____. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência? *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.1, p.26-45, 1971b.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO [CEBRAP]. Relatório de atividades, São Paulo, 1970.

_____. Relatório de atividades, São Paulo, 1971.

_____. Relatório de atividades, São Paulo, 1972.

_____. Relatório de atividades, São Paulo, 1973.

KOWARICK, L. Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina: uma contribuição teórica. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.8, p.77-96, 1974.

MICELI, S. Intelectuais brasileiros. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999. p.109-145. v.2.

MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974)*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1977.

SCHWARZ, R. Prefácio com perguntas. *Folha de São Paulo*, 28 set. 2003. Caderno Mais!, n.616, p.14.

SINGER, P. As contradições do milagre. *Estudos CEBRAP* São Paulo, n.6, p.57-78, 1973

_____. Os "milagres" do capitalismo contemporâneo. *Cadernos CEBRAP*, n.6, 1972. Mimeo.

SINGER, P. et. al. Divisão internacional do trabalho e empresas multinacionais. *Cadernos CEBRAP* 28, São Paulo, p.48-86, 1976. Mimeo.